

## **Artigo 1.º**

### **Objeto**

O presente Regulamento define as regras adequadas à receção, tratamento e arquivo das denúncias, em conformidade com o disposto na Lei n.º 109.º-E/2021, de 09 de dezembro e na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

## **Artigo 2.º**

### **Denúncias**

1. A denúncia ou divulgação pública pode ter por objeto infrações cometidas, que estejam a ser cometidas ou cujo cometimento se possa razoavelmente prever, bem como tentativas de ocultação de tais infrações.
2. Para efeitos do número anterior, considera-se infração os atos e omissões, dolosos ou negligentes, ainda que apenas na forma tentada, que consubstanciem violações de natureza ética ou legal, nomeadamente nos seguintes domínios:
  - a) Contratação pública;
  - b) Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
  - c) Conflito de interesses;
  - d) Assédio;
  - e) Discriminação;
  - f) Fraude;
  - g) Furto ou roubo;
  - h) Quebra de confidencialidade, proteção da privacidade e dos dados pessoais e segurança da rede e dos sistemas de informação;
  - i) Crimes financeiros de qualquer natureza;
  - j) Corrupção e infrações conexas.

## **Artigo 3.º**

### **Denunciante**

1. Considera-se denunciante a pessoa singular que denuncie uma infração com base em informações obtidas no âmbito da sua atividade profissional, independentemente da natureza ou sector dessa atividade.
2. Podem ser considerados denunciante, nomeadamente:
  - a) Os colaboradores;

## REGULAMENTO INTERNO DO CANAL DE DENÚNCIAS

- b) Os prestadores de serviços, contratantes, subcontratantes e os fornecedores, bem como quaisquer pessoas que atuem sob a sua direção ou supervisão;
- c) Os voluntários e estagiários (remunerados ou não remunerados).

### Artigo 4.º

#### Responsável pelo tratamento das denúncias

1. As denúncias serão, única e exclusivamente geridas pelo Gestor da Confidencialidade e Segurança da Informação sendo este responsável pela garantia de confidencialidade do denunciante, exaustividade, integridade e conservação da denúncia.
2. A investigação será realizada de acordo com os requisitos legais e outros aplicáveis, assegurando a proteção dos intervenientes, a confidencialidade dos resultados, salvaguardando que:
  - São documentadas todas as informações;
  - São identificadas todas as ocorrências, as suas causas e ações imediatas ou corretivas.Após a conclusão da investigação, são comunicadas as decisões e medidas apropriadas, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.
3. Se a denúncia tiver como destinatário o responsável do tratamento das denúncias, este deve abster-se do seu tratamento e análise e ser substituído por um novo elemento a designar pelo Conselho de Administração.

### Artigo 5.º

#### Apresentação da denúncia

1. A apresentação de denúncias, pode ser efetuada por escrito e ou verbalmente, de forma anónima ou com identificação do denunciante.
2. A comunicação de quaisquer denúncias poderá ser efetuada por escrito:
  - a) Mediante carta remetida, por correio registado, com a menção de CONFIDENCIAL, para a morada Rua Principal, 320 – Livramento – 2765-383 ESTORIL, endereçada ao responsável pelo tratamento das denúncias;
  - b) Mediante o envio de correio eletrónico para o endereço **protecaodados@cercica.pt**
  - c) Por SMS para o número telemóvel referido no ponto 4.
3. Entregues pessoalmente em carta fechada em uma das receções da CERCICA, endereçada ao responsável pelo tratamento de denúncias.

## REGULAMENTO INTERNO DO CANAL DE DENÚNCIAS

- 3.1 - Presencialmente (não será, por natureza, anónima, embora seja garantida a confidencialidade).
4. A denúncia verbal poderá ser apresentada por telefone para o número 214658590 ou para o telemóvel 916 189 197, podendo ainda ser solicitada uma reunião presencial com o responsável pelo tratamento das denúncias.

### **Artigo 6.º**

#### **Seguimento das denúncias**

1. Para cada denúncia apresentada será iniciado um procedimento interno, sendo-lhe dado um número interno de identificação.
2. O responsável notificará, no prazo de sete (7) dias, o denunciante da receção da denúncia.
3. No seguimento da denúncia, serão praticados os atos internos adequados à verificação das alegações aí contidas, certificando-se o grau de credibilidade, o carácter irregular do comportamento reportado, a viabilidade da investigação e da identificação das pessoas envolvidas ou com conhecimento dos factos relevantes e que por isso devam ser confrontadas ou inquiridas.
4. O responsável comunicará ao denunciante as medidas previstas ou adotadas para dar seguimento à denúncia e a respetiva fundamentação, no prazo máximo de três (3) meses a contar da data da receção da denúncia.
5. O denunciante pode requerer, a qualquer momento, que o responsável lhe comunique o resultado da análise efetuada à denúncia no prazo de quinze (15) dias após a respetiva conclusão.
6. Tratando-se de denúncia anónima será dado o mesmo seguimento e tratamento previsto nos números anteriores, com a exceção da realização de notificações e comunicações ao denunciante por ser evidentemente impossível por desconhecimento do autor da denúncia.

### **Artigo 7.º**

#### **Decisão**

Terminando todas as diligências probatórias é emitida uma decisão, devidamente fundamentada, devendo, também, indicar medidas preventivas para minimizar a possibilidade da ocorrência de situações semelhantes.

### **Artigo 8.º**

#### **Conservação da denúncia**

1. As denúncias e os procedimentos a que derem lugar serão conservadas pelo período de cinco (5) anos, e independentemente deste prazo, durante todo o tempo de pendência de processos judiciais ou administrativos referentes às mesmas.
2. As denúncias apresentadas verbalmente, são registadas, obtido o consentimento do denunciante, mediante:
  - a) Gravação da comunicação em suporte duradouro e recuperável; ou
  - b) Transcrição completa e exata da comunicação.
3. Caso a denúncia seja apresentada em reunião presencial, o responsável assegura, obtido o consentimento do denunciante, o registo da reunião mediante:
  - a) Gravação da comunicação em suporte duradouro e recuperável; ou
  - b) Ata fidedigna.
4. Nos casos referidos nos n.ºs 2 e 3, é permitido ao denunciante ver, retificar e aprovar a transcrição ou ata da comunicação ou da reunião, assinando-a.

### **Artigo 9.º**

#### **Confidencialidade**

1. A identidade do denunciante, bem como as informações que, direta ou indiretamente, permitam deduzir a sua identidade, têm natureza confidencial e são de acesso restrito às pessoas responsáveis por receber ou dar seguimento a denúncias.
2. A obrigação de confidencialidade referida no n.º anterior estende-se a quem tiver recebido informações sobre denúncias, ainda que não responsável ou incompetente para a sua receção e tratamento.
3. A identidade do denunciante só é divulgada em decorrência de obrigação legal ou de decisão judicial.

### **Artigo 10.º**

#### **Proibição de retaliação**

1. É proibido praticar atos de retaliação contra o denunciante.
2. Considera-se ato de retaliação o ato ou omissão que, direta ou indiretamente, ocorrendo em contexto profissional e motivado por uma denúncia, cause ou possa causar ao denunciante, de modo injustificado, danos patrimoniais ou não patrimoniais.

## REGULAMENTO INTERNO DO CANAL DE DENÚNCIAS

3. As ameaças e as tentativas dos atos e omissões referidos no número anterior são igualmente havidas como atos de retaliação.
4. Presumem-se motivados por denúncia interna, externa ou divulgação pública, até prova em contrário, os seguintes atos, quando praticados até dois (2) anos após a denúncia:
  - a) Alterações das condições de trabalho, tais como funções, horário, local de trabalho ou retribuição, não promoção do trabalhador ou incumprimento de deveres laborais;
  - b) Suspensão de contrato de trabalho;
  - c) Avaliação negativa de desempenho ou referência negativa para fins de emprego;
  - d) Não conversão de um contrato de trabalho a termo num contrato sem termo, sempre que o trabalhador tivesse expectativas legítimas nessa conversão;
  - e) Não renovação de um contrato de trabalho a termo;
  - f) Despedimento.
5. A sanção disciplinar aplicada ao denunciante até dois (2) anos após a denúncia ou divulgação pública presume-se abusiva.

### **Artigo 11.º**

#### **Tratamento de dados pessoais**

1. O tratamento de dados pessoais ao abrigo da presente lei, observa o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679, e na Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
2. Os dados pessoais que manifestamente não forem relevantes para o tratamento da denúncia não são conservados, devendo ser imediatamente apagados.

### **Artigo 12.º**

#### **Relatório anual**

O Responsável elabora anualmente, até ao termo do primeiro trimestre do ano seguinte, um relatório dirigido às partes interessadas, com a indicação sumária das participações recebidas e o respetivo processamento, com os seguintes dados:



## REGULAMENTO INTERNO DO CANAL DE DENÚNCIAS

- a) Referência interna atribuída à denúncia;
- b) Data da receção da denúncia;
- c) Descrição sumária dos factos e análise da participação, com enquadramento jurídico;
- d) Indicação se o processo está pendente ou concluído;
- e) Resultado da averiguação interna;
- f) Data de envio da resposta ao denunciante, sempre que a mesma não seja anónima;
- g) Descrição das medidas adotadas ou a adotar em resultado da participação ou fundamentação para a não adoção de quaisquer medidas.

### **Artigo 13.º**

#### **Lacunas**

Em tudo quanto o presente regulamento for omissos aplicar-se-á a legislação em vigor aplicável.